



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 216

**MAPEANDO ELITES POLÍTICAS NO ESTADO DO PARÁ:
UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA**

**Armin Mathis
Milton C. Farias Filho**

Belém, Dezembro de 2008

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Alex Bolonha Fiúza de Mello

Vice-reitor

Regina Fátima Feio Barroso

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Edna Maria Ramos de Castro

Diretor Adjunto

Thomas Hurtienne

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Luis Aragon

Francisco de Assis Costa

Oriana Almeida

Rosa Acevedo Marin

Sector de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 216

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

MAPEANDO ELITES POLÍTICAS NO ESTADO DO PARÁ: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA¹

Armin Mathis²

Milton C. Farias Filho³

Resumo:

As discussões sobre elite, como parte da sociologia moderna, emerge na Europa dentro de um contexto histórica marcado por mudanças estruturais originadas por processos de urbanização e industrialização nas últimas décadas do século XIX. Para a burguesia tradicional o surgimento de um grande contingente de trabalhadores das indústrias constitui-se como uma ameaça ao seu status quo dentro da ordem social existente e ao mesmo tempo se tornou objeto de interesses científicos. Gustave Le Bon publicou em 1895 sua obra 'Psicologia das massas' ('La Psychologie des Foules') tentando fornecer argumentos científicos para justificar a profunda desconfiança da classe burguesa do proletariado industrial. Le Bon vê a massa como propulsor de uma mudança social - em geral de forma violenta através de movimentos revolucionários. Desprovida de formação ela se torna objeto fácil de manipulação, ainda mais que ela está sempre em busca de uma liderança (MICHELS, 1982).

Palavras-chave: Elites políticas. Sociologia.

¹ Este trabalho é resultado das primeiras explorações dentro do projeto "Elites locais nos municípios paraenses: quem são e qual a sua visão do mundo?" um convênio entre Secretaria de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará – SEDECT, Universidade Federal do Pará – UFPA através do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA e da Fundação de Amparo de Pesquisa – FADESP.

² Professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

³ Professor da Universidade da Amazônia - UNAMA

Introdução

O tema das elites ou elite é, ainda, muito controverso e atual e eventualmente tem sido revisitado por pesquisas da sociologia política e historiografia social brasileiras. Por não haver um consenso para a definição do termo, a controvérsia vem sendo alimentada pelas pesquisas empíricas e discussão teórica nos últimos 60 anos.

As discussões sobre elite, como parte da sociologia moderna, emerge na Europa dentro de um contexto histórica marcado por mudanças estruturais originadas por processos de urbanização e industrialização nas últimas décadas do século XIX. Para a burguesia tradicional o surgimento de um grande contingente de trabalhadores das indústrias constitui-se como uma ameaça ao seu *status quo* dentro da ordem social existente e ao mesmo tempo se tornou objeto de interesses científicos. Gustave Le Bon⁴ publicou em 1895 sua obra ‘Psicologia das massas’ (*‘La Psychologie des Foules’*) tentando fornecer argumentos científicos para justificar a profunda desconfiança da classe burguesa do proletariado industrial. Le Bon vê a massa como propulsor de uma mudança social - em geral de forma violenta através de movimentos revolucionários. Desprovida de formação ela se torna objeto fácil de manipulação, ainda mais que ela está sempre em busca de uma liderança (MICHELS, 1982).

O Brasil não tem uma tradição em pesquisas sobre elites e os poucos estudos que abordam esse tema tem como referencia alguns enfoques históricos, enquanto outras abordagens estão mais voltadas para questões como formação de carreira e formas de reprodução social, recrutamento e seleção política das elites, ou ainda investigam as opiniões desse segmento sobre assuntos específicos, além de vinculação de grupos políticos considerados como elites à formação cultural, comportamento eleitoral e constituição de instituições da esfera estatal.

Nos últimos anos, dentro da discussão mais geral sobre exclusão social, surgiram vários estudos sobre os “ricos” do Brasil. No entanto, a restrição do termo “elite” aos ricos não preserva a amplitude do conceito, que a partir de 1900 se faz presente nas ciências sociais. Até então o seu uso era restrito a linguagem militar (unidade de elite)⁵, da mesma forma que não é possível circunscrever um grupo como de elite, no caso uma elite específica, a elite política, por exemplo, apenas pela ocupação de postos nos poderes legislativo e executivo.

Os trabalhos de Mosca ([1896] 1992) e de Pareto ([1914] 1984) colocam o conceito dentro da discussão sobre relações de poder e dominação. Eles atribuíram ao termo um papel de destaque na mudança social e política. Por sua vez Michels ([1911] 1982) mostrou de uma forma diferente a

⁴ Gustave Le Bon (1841-1931) era psicólogo social e sociólogo.

⁵ O termo foi usado pela primeira vez com o sentido de pessoa ou objeto que tem qualidades excepcionais e também para pessoas que ocupavam “altas posições sociais”. Por volta do Século XVIII o termo passou a ser usado na França como “tudo que era excelente” e passou a ser amplamente usado nas ciências sociais como “um grupo de pessoas que, em qualquer sociedade, ocupa posições de destaque” (KELLER, 1967, p. 14); é uma palavra que aparece pela primeira vez em um dicionário de língua francesa em 1771, já em língua inglesa aparece pela primeira vez em 1823 quando já tinha seu uso estendido para designar grupos sociais (LASSWELL e LERNER, 1967, p. 7-8).

constituição de elites e sua inevitabilidade quando cunhou sua “lei de ferro da oligarquia”, mostrando com seus argumentos uma dura crítica à organização partidária de massa. Tratando de elite, mas não definindo o conceito, defendeu a constituição e manutenção, além da “circulação” de grupos de controle e direção organizacional dos partidos de massa.

O que comumente se encontra é uma evolução conceitual (e isso é a essência da ciência moderna) que está mais ligada aos objetivos de cada abordagem. Os limites do agrupamento de pessoas em uma determinada “faixa” demarcadora ou demarcadas pelos objetivos de cada pesquisa é o que prevalece. Uma definição conceitual que realmente possa vir a ser aplicada a uma dada realidade distinta e de base geral é pouco visto nos estudos empíricos mais recentes. Os próprios fundadores das discussões nas ciências sociais e políticas, já muito debatidos, discordam entre si conceitualmente, já que o propósito deles é uma proposta metodológica para buscar uma nova abordagem social alternativa à divisão de classe (Mosca e Pareto) e uma abordagem crítica aos modelos de organização democrática (Michels).

A partir das obras seminais dos três autores, um conjunto de trabalhos vem sendo comumente referenciados como expoentes da temática das elites e embasando estudos empíricos, com base nas metodologias que mensuram a capacidade de decisão (método decisional) e que buscam identificar pessoas e/ou grupos a partir de um potencial para decidir questões com grandes reflexos na vida das pessoas de uma dada sociedade.

Outros trabalhos utilizam a metodologia de identificação de pessoas e/ou grupos com base nas suas posições nas sociedades (método posicional), a partir da hierarquia social e política de poder que possibilita o exercício da influência nas decisões, portanto se apresenta como uma metodologia complementar à primeira, já que as posições são o pré-requisito para o mando, poder e influência e por isso, estas pessoas e/ou grupos compõem as elites políticas.

Outra proposta metodológica é a de buscar no interior de uma dada sociedade de nomes de pessoas e/ou grupos que detenham o respeito, *status*, um “poder simbólico” que lhes garanta um destaque social e político, e até econômico e, portanto, poder real percebido. Com base neste reconhecimento atribui-se a elas a condição de elite, pelos principais atributos que tinha o termo em sua origem, ou seja, a reputação social obtida por reconhecimento (método reputacional).

Já a prosopografia ou “método das biografias coletivas” parte dos grandes nomes registrados nas narrativas históricas, na iconografia, nas biografias e outras obras de grandes nomes para construir um grupo seletivo capaz de compor uma listagem de pessoas. Este método nasce da historiografia que eleva os grandes nomes, os vultos históricos para definir, a partir deles, os que se destacam numa sociedade e, por isso, passam a ser considerados como elites. Isso não restringe o termo à elite política, porque inclui as elites econômica, social e cultural, portanto outras “elites estratégicas”.

Outros trabalhos mais recentes, com base nessa cronologia, estão entre os mais referenciados na literatura crítica, são eles Burnham (1943); Putnam (1976); Dahl (1958). Outros podem ser considerados, pela abrangência de seus enfoques, como uma literatura complementar a uma abordagem dos estudos sobre elites, como os trabalhos de Lasswell e Lerner (1967); Keller (1967); Meisel (1958); Bachrach (1973). Outros são mais profundos como Mills ([1956] 1975) ou ainda mais críticos, mas com um olhar

nas explicações estruturais como Aron (1950), mas poucos destes trabalhos têm como base analítica algum método isolado para a definição de elite ou elites, assim como alguns se recusam a aceitar o termo da forma como está estabelecido nos principais trabalhos da sociologia política. No entanto, todos concordam que em qualquer sociedade há uma diferenciação social e de potencial de poder, seja com base na tomada decisão (poder político) ou no *status* socioeconômico (diferenciação econômica ou social).

Seja como for, grande parte dos trabalhos mais recentes já se voltam para demonstrações empíricas buscando adotar procedimentos tentam utilizar novas abordagens metodológicas ou combinações destas ou lançar mão de novas metodologias, na tentativa de circunscrever uma elite ou elites em sociedades modernas e complexas, seja em nível local, regional ou nacional.

Dada a dificuldade de se fazer uma caracterização do que seja elite ou elites, do ponto de vista teórico-metodológico, este ensaio tem como objetivo discutir as metodologias, encontradas nos principais trabalhos selecionados e identificados como relevantes, além de buscar propor uma metodologia meio que “síntese” do que foi encontrado nestas abordagens da sociologia política e na historiografia social e política para buscar construir uma proposta metodológica para identificar grupos que podem ser demarcados como um tipo específico de elite: a elite política.

Para identificar a literatura e selecionar as obras mais adequadas aos nossos objetivos utilizamos os principais autores clássicos (já consagrados pela literatura que trata do tema) e seus principais críticos (os mais indicados trabalhos). Os trabalhos mais recentes foram selecionados a partir de um breve levantamento bibliográfico e posteriormente com uso da técnica de bibliometria. Para esta técnica o procedimento foi demarcar um período de tempo que abrange os últimos 30 anos, entre eles estão os trabalhos apresentados em eventos científicos e outros publicados nos principais periódicos nacionais e internacionais.

No entanto, a estruturação teórico-metodológica aqui trabalhada está sustentada nos trabalhos seminais sobre o tema e naqueles que se destacaram. Por isso os trabalhos recentes foram analisados a partir da abrangência e do uso dos métodos propostos e a coerência com que eles geraram uma discussão mais direcionada com os objetivos da pesquisa, além da busca de novas orientações sobre o tema. Ao final o que interessa é mostrar os limites e os avanços sobre o tema nestes últimos 30 anos e buscar construir uma metodologia coerente com o ambiente sobre o qual se buscou determinar quem são as elites políticas em cada região proposta o estudo. Não nos aprofundamos nas análises dos estudos recentes, apenas eles foram consultados no intuito de verificar metodologias alternativas e a evolução conceitual. Como se trata aqui de um ensaio teórico-metodológico que visa subsidiar a pesquisa empírica o que segue nas próximas páginas é uma aproximação para identificação de elites políticas nas 12 regiões de integração que forma o estado do Pará.

Identificar elites em regiões com realidades sociais, políticas e culturais distintas é um desafio para cada região específica porque o próprio território é demarcador do que venha a ser elite política. Definir tal metodologia para identificar pessoas e grupos que estejam em condições de receber o tratamento de “elite política” é também buscar relativizar alguns dos aspectos que possam ser decisivos

em uma região e não em outras. Como não se pode partir de um nível de análise municipal, a pesquisa tem como foco a região (12) e dois municípios como amostra por região.

Em termos práticos queremos encontrar respostas metodológicas para as seguintes questões: a) o que é elite e o que são elites? b) qual o principal fundamento para se demarcar um grupo como elites em localidades distintas, mas sobre o mesmo ordenamento jurídico-político? c) qual a metodologia mais usada e qual a mais apropriada para a identificação de elites em sociedades distintas? d) as elites são iguais em todas as sociedades ou não e por quais motivos? e) qual o traço mais característico de um grupo identificado como elite? f) quais as funções das elites nas sociedades e em suas organizações sociais e políticas?

Outras questões que encontramos na literatura e que também podem nos auxiliar são: g) que categorias são úteis na descrição para composição da elite? h) que valores básicos estão a sua disposição e que estratégias usam? i) quais as elites são realmente decisivas em uma sociedade? (LASSWELL e LERNER, 1967, p. 23).

O texto busca responder às questões anteriores em cada parte em que está dividido, sendo que na primeira parte trata de como vem sendo definindo o conceito e sua evolução, além disso, tem como objetivo entender a designação pejorativa comumente associada buscando compreender seu uso no singular, no plural e seu adjetivo. A segunda parte está reservada para uma síntese das principais abordagens metodológicas e tem como expectativa esboçar uma proposta para ser discutida na parte seguinte; esta terceira e parte buscará mostrar como juntar as metodologias trabalhadas pelas principais abordagens teóricas e empíricas mais recentes e propor procedimentos para a demarcação de critérios e posterior identificação de elites políticas através da junção dos métodos de posição, de decisão, de reputação e o prosopográfico; a quarta parte está reservada para caracterizar o ambiente de estudo e seus reflexos na formação do fenômeno, demarcando também a unidade de análise para identificação do fenômeno e descrição das variáveis intervenientes em que será desenvolvida a metodologia.

1. Elite, Elites e Elitismo

Nesta parte, este ensaio tenta responder de forma mais clara as seguintes questões: O que são elites? Qual o principal fundamento para se demarcar um grupo como elites? As elites são inevitáveis numa sociedade? Qual o traço mais característico de um grupo identificado como elite? Para isso, comecemos por uma revisão nos principais trabalhos sobre o tema e originaram a discussão.

Tratado indistintamente como designação de pessoas e/ou grupos, o uso do termo “elite” no singular e no plural confundem a análise. Já seu adjetivo recebe quase sempre uma conotação pejorativa. Buscaremos mostrar um pouco mais essa diferenciação. O termo elite foi se expandindo para as diversas áreas das ciências humanas e até no “senso comum” já é tratado como algo que denota posição de destaque, local de destaque, pessoas com *status* elevado, objetos com significado e valor excepcional real e/ou simbólico. No singular o termo sugere uma pessoa que faz parte de um grupo (uma pessoa “da elite” no sentido de pertencer). Também se usa o termo para designar um local “de elite” (físico ou não); trata-se

então de um espaço ocupado e/ou freqüentado por pessoas que se destacam por seus atributos sociais, econômicos, políticos, administrativos e/ou culturais, significando reputação social ou *status* social.

Quando o termo é usado para designar um objeto (e este foi seu uso original), trata-se, na maioria das vezes, de objetos de consumo, produtos de valor social e/ou econômico elevado, com uma grande capacidade de simbolismo, que liga, relaciona as pessoas a uma posição, uma ocupação, e lhes dá reputação e valor social, *status* na sociedade e no mundo em que vivem ou nas “altas rodas” (MILLS, ([1956] 1975) desta sociedade.

Utilizado no plural o termo é mais complexo e exige uma reflexão ainda maior, porque remete a própria estrutura social e institucional ou ao que Mills ([1956] 1975) tratou como “sociologia das posições institucionais”. Trata-se de grupos de pessoas com as mais diferentes capacidades e habilidades para receber o *status* social e político de elites. Seu uso nas ciências sociais se deu com maior freqüência a partir das obras de Mosca (1992) e Pareto (1984). De acordo com Pareto duas formas diferentes de elite (elites): a elite governante e a elite não-governante.

Por sua vez Mosca (1992) mostra que em todas as sociedades existem duas classes, as que dirigem e as que são dirigidas. Esta afirmação se assemelha a de Pareto, porém Mosca não trabalha com a noção de elite da elite, e sim com o conceito de classe política. Os dois autores se preocupavam com grupos de pessoas que exerciam poder político nas sociedades. Mosca concebe a oposição massa *versus* elite.

Mosca (1992) inicia o debate nas ciências sociais com o conceito de classe política. Sua teoria da classe política está sustentada na idéia de que em qualquer organização social há dois grupos: os que estão organizados e detém o poder de decisão (uma minoria, a elite) e os que sofrem as ações deste poder (a maioria, a massa). Para Mosca está no campo da natureza humana, ou seja, desde que organizado todo agrupamento social cede espaço para o surgimento de uma classe que domina e outra que quer ser dominada.

A base da dominação da classe política em Mosca é moral e legal ao mesmo tempo. Moral porque há uma validade interna de confiança, respeito e a admiração por parte dos comandados. Trata-se de um conjunto de sentimentos em relação aos que comandam. Legal porque as estruturas do Estado garantem esse poder de mando. Mosca (1992, p. 106) define o conceito de classe política como uma “minoria de personas influyentes en la dirección de la cosa pública a la que la mayoría le entrega, de buen grado, la dirección”.

Na concepção de Pareto (1984) em toda sociedade existe um grupo de pessoas que governa e os que não governam, mesmo fazendo parte de um grupo seletivo (os que se destacam dos demais). Há então, os que têm o poder de dirigir os demais membros do grupo (minoria) e por isso conseguem ser mais importantes, já que se destacam por sua capacidade excepcional. Trata-se de “uma elite governante”, que abrange os “indivíduos que direta ou indiretamente participam de forma considerável do governo” (PARETO, 1984, p. 63).

O que o autor também chama atenção é para a inevitabilidade de dominação da maioria por uma minoria e apresenta uma novidade em termos conceituais que é o conceito de “circulação de elites”, ou

seja, um processo de renovação freqüente (dos que dominam), já que há um declínio natural das elites, pois as pessoas (e seus *status*) se degeneram e morrem, rápida ou demoradamente, portanto, um ciclo de renovação ou circulação.

Pareto chama atenção para ao fato de todas as sociedades terem grupos que se constituem enquanto elites, no entanto não se trata de um grupo homogêneo, pois existirá sempre outro grupo no seu interior, que os divide em dois grupos, ou seja, “uma elite governante e uma não-governante” (PARETO, 1984, p. 63). Esta afirmação é o passo fundamental para definir elites no plural, já que são dois grupos dentro de um mesmo; este é composto por um conjunto de pessoas que representam cada um uma elite (no singular). Aqui se encontra uma distinção entre os que fazem parte de uma camada social de destaque e os que realmente têm capacidade de impor decisões importantes e que podem afetar, com os efeitos de suas decisões, os seus pares de camada social. Não basta ocupar posições de destaque na sociedade, para ser considerado elite, as decisões do grupo devem impor algum efeito nos demais grupos.

Em suma, a “classe política” (Mosca), ou a “elite governante” (Pareto) é composta pelos que ocupam cargos de comando político e, mais especificamente em Pareto, dos que podem exercer decisões políticas; estes passam constantemente por um processo de renovação ou “circulação de elites”; tal processo pode ser revolucionário ou não; por ascensão de grupos e/ou incorporação de novos grupos ou de outras formas menos comum.

Projetando o mesmo princípio da inevitabilidade de liderança nas organizações políticas, da presença de líderes, chefes, ou elites ser uma realidade, Michels (1982) dá uma demonstração crítica a sua visão de organização, com um olhar para num tipo específico de organização política moderna – o partido político. Sua defesa é a da impossibilidade de uma organização ser democrática porque o mais democrático partido de sua época - o partido social democrata, objeto de seu estudo – não conseguiu implantar a “soberania das massas” pela “impossibilidade mecânica e técnica de sua realização” (MICHELS, 1982, p. 17). Aqui massa *versus* elite se manifesta como fundamento de demarcação do que seja elite. O conceito de elite aqui está circunscrito a grupos que se destacam no interior da maioria (massa) e demonstra que mesmo dentro dos grupos considerados “não-elites” há uma elite que pode ser considerada a “elite das massas”.

Ao defender o surgimento de um comando superior como inevitável em qualquer organização (uma elite que comanda; os chefes políticos), Michels (1982, p. 21) vincula este surgimento a outras instituições preparadoras de elites como as educacionais e os sindicatos, que “contribuem, sobretudo, a criar artificialmente, uma elite operária, uma verdadeira casta de cadetes, de aspirantes ao comando das tropas proletárias”. A partir dessa defesa da criação de um grupo de comando nas organizações o papel das instituições formadoras é de promover a especialização técnica que é o requisito para o comando e para a posição de destaque das pessoas nas organizações. Michels (1982, p. 21) parte do suposto que nem todos podem ser de elite, mas basta ter habilidade e receber uma formação técnica para que uma organização se encarregue de dividir “em uma minoria dirigente e uma maioria dirigida”.

O surgimento de elites no sistema político começa na organização partidária e a demonstração de Michels (1982, p. 23) é voltada para a inevitabilidade de operacionalização de organizações democráticas,

pelo grande número de participantes, que resultaria numa tendência “a substituir os chefes ocasionais por chefes profissionais” o que para o autor é uma “impossibilidade lógica do sistema representativo em si mesmo”, quando se trata de organização política. Para Michels o comando realizado pelos líderes partidários é uma necessidade das massas, por sua vontade e incapacidade de gerir seus próprios interesses. Aqui o argumento é de ordem substantiva e instrumental, ou seja, líderes são líderes porque têm habilidades e capacidades inerentes, aliado a necessidade de ordem técnica da existência de uma liderança, portanto, uma função na organização social.

Michels (1982, p. 213) entende que as conseqüências da complexidade organizacional são a hierarquização e oligarquização da organização e isso se tornou inevitável no sistema político representativo. Esses “defeitos da organização” é que são responsáveis pelo surgimento de elites políticas e elas se projetam para toda a vida social, dada a necessidade que as sociedades têm de organização. A organização política conduz ao poder os líderes e estes se projetam porque a “existência de chefes é um fenômeno inerente a todas as formas de vida social”, porque “(...) os chefes são tecnicamente indispensáveis” (MICHELS, 1982, p. 237).

Desta forma, Michels (1982, p. 226) conclui que é inevitável a existência de um grupo de comando nas organizações sociais e políticas: a elite da organização. Embora utilize o termo “elite” poucas vezes, faz referências a grupos que exercem influência sobre outros, portanto, parte da influência das decisões para destacar pequenos grupos que mesmo em condição de minoria são capazes de impor um relativo controle sobre os dirigentes. A estrutura organizacional impõe limites para a ascensão da massa a posições de comando, apenas poucos conseguem ascensão aos postos de comando. Michels (1982, p. 25) diz então: “Se ainda existem na massa indivíduos capazes de exercer alguma influência sobre o representante do povo, eles nunca são muito numerosos (...) são indivíduos que fazem parte da massa soberana mas que, devido à sua posição social, não sabem como entrar nos grupos oligárquicos”.

Outra análise sociológica que reconhece a inevitabilidade de grupos dominantes nas sociedades é o trabalho de Mills (1975). A partir de sua análise de uma “sociologia das posições institucionais”, busca demonstrar que as posições ocupadas pelas pessoas e grupos, com o olhar empírico nos Estados Unidos, leva a consolidação destes como elites do poder, ou seja, pessoas que ocupam posições no alto comando das forças armadas, das grandes empresas e do governo nacional, têm o poder mais elevado de todas as elites, portanto, constituem-se de elite das elites ou elites do poder. Aqui a idéia central é semelhante a de Pareto (1984).

O que Mills (1975, p. 19) defende é que “o grande prestígio segue cada vez mais as principais unidades institucionais da estrutura social” e, portanto são estas estruturas que permitem aos grupos específicos (as elites do poder) se destacar dos demais. Mills não considera as demais elites, como por exemplo, as elites intelectuais. Parte do suposto de que as outras instituições da sociedade (como família, escola, igreja etc.), tal qual previu Michels (1982), não são tão importantes em uma sociedade moderna porque apenas preparam os grupos para tomar posições nas estruturas mais elevadas de poder e decisão, elas são secundárias na hierarquia institucional do poder.

Mills (1975, p. 28) mostra claramente seu conceito de elites do poder para distinguir das demais elites sociais quando diz “por elite do poder entendemos os círculos políticos, econômicos e militares que, como um complexo de igrejinhas interligadas, partilham as decisões (...) Na medida em os acontecimentos nacionais podem ser decididos, é a elite do poder quem os decide”. Isso tem reflexo na reputação dessas pessoas e grupos porque os “membros da elite do poder são exaltados devido às posições que ocupam e às decisões que podem tomar” (MILLS, 1975, p. 101). Aqui encontramos uma aproximação metodológica porque a posição institucional garante uma reputação social ou um reconhecimento através de posição ocupada nas instituições.

As elites de que trata Mills (1975, p. 22) “ocupa postos de comando pode ser considerada como constituída de possuidores de poder, da riqueza e da celebridade”. Para ele o caráter de enquadramento de pessoas e/ou grupos como elites assume uma posição ideológica. Por isso, defende que seu conceito de elite é resultado da estrutura social e que as instituições formam. As oportunidades que tem, é a base para a construção dos valores que adquirem e que são típicos das posições, determinam seus papéis institucionais e criam um “ser” de elite.

Sua advertência metodológica quanto à seleção de grupos como elites fica claro quando ele defende que “o problema de definir elite do poder depende do nível em que desejamos estabelecer a linha demarcatória. Baixando esta, poderíamos definir a elite como inexistente; elevando-a, poderíamos fazer da elite um círculo realmente pequeno” (MILLS, 1975, p. 28). Sua advertência tem como propósito mostrar que se trata de definir um grupo como elite e não de demarcar seu papel.

Mills (1975, p. 58) também defende a não dependência destes grupos (as elites) das estruturas, pois elas podem reerguer uma nova estrutura social, a partir da sua renovação constante, ou redefinir seu papel na nova estrutura de forma diferente da anterior. Certamente, o que Mills trata é da diferenciação social das elites de acordo com cada sociedade, ou seja, “em cada localidade há um grupo superior de famílias, e, dentro de certas variações regionais, são muito semelhantes nas diferentes cidades”, no entanto, “os sistemas de classe, *status* e poder das sociedades locais não têm todos o mesmo peso, não são autônomos”. Aqui mostra que as elites são diferentes e se comportam de acordo com a sociedade, pois cada estrutura social valoriza um determinado tipo de atributo, constrói seu próprio *status* e código de valores.

Mills (1975, p. 66) também chama atenção para a impossibilidade da existência de um quadro fixo de elites, porque em sociedades modernas, complexas e democráticas, com instituições acessíveis “não são as mesmas pessoas e famílias que predominam, mas o mesmo tipo” de pessoas e/ou grupos. Esse tipo é movido pelo prestígio, que é um simbolismo e que matem o *status* de elite e mesmo quando este prestígio está em declínio ou está reduzida a reputação moral da elite, ela se mantém, mesmo que perca uma grande parcela de poder, porque o prestígio tem uma função agregadora em grupos de elite. A sociedade mantém esse *status*, mesmo quando desacompanhado do poder de decisão ou de controle.

Outra obra que passou a tratar do tema, mas mudando um pouco seu sentido, ou seja, ampliando o número de pessoas e/ou grupos que passam a ser considerados como elites é o trabalho de Keller (1967, p. 13). A autora revela que a “existência e permanência de minorias influentes constituem uma das

características invariáveis da vida social” e com esta afirmação abre sua discussão do tema elite. Para Keller seja de que forma for composta uma sociedade sempre existirá um pequeno grupo que está em posição de destaque, ou seja, situados em pontos proeminentes. Keller trata inclusive de uma questão central que é a busca de identificação das estratégias das elites nas sociedades, quando afirma que “raramente os que estão de cima revelam o que se passa no interior”. Esta afirmação demonstra que sempre haverá uma dificuldade metodológica para a busca das respostas às questões apresentadas por Lasswell e Lerner (1967, p. 23) que é quanto às estratégias usadas pelas pessoas e/ou grupos que estão nessa posição de destaque.

Para Keller (1967) há um pequeno número de definições conceituais e teorias sobre elites, mesmo diante de abundância de trabalhos sobre o tema. Com base nessa constatação a autora divide os trabalhos em dois blocos de enfoque: a) os trabalhos que escolhem uma só elite que é a elite política, com destaque para Aristóteles, Pareto e Mosca; b) os trabalhos que afirmam a coexistência de várias elites partilhando o poder, portanto incluem as demarcações de pessoas e/ou grupos econômicos, políticos, sociais, culturais, nestes estão os de Saint-Simon, Mannheim e Aron.

Diante de tais abordagens Keller (1967, p. 25) defende que questões críticas são necessárias quando se estuda o tema, entre as principais questões apontadas por ela estão: a) quais as elites são particularmente importantes e por que o são, em determinado estágio de desenvolvimento da sociedade? b) Quantas elites existem neste período, e por quê? c) Quais as elites que comandam a curto prazo, quais as que comandam a longo prazo, e por quê? Com base nestas questões a autora demarca o conceito de elites que desenvolve em seu trabalho que é o de “elites estratégicas”. Para ela a distinção das demais elites se dá porque seu conceito se diferencia de uma classe dirigente. Ela se opõe às concepções de Mosca, Pareto e Mills, porque na sua concepção os membros das elites são recrutados pela sua organização interna e pelo grau de especialização que eles têm, o que aproxima sua justificativa das concepções de Michels.

A definição da autora está sustentada na incapacidade de se distinguir as motivações dos indivíduos que procuram chegar a posições privilegiadas e o seu papel na vida da sociedade; e ainda pela incapacidade de se fazer distinção entre as responsabilidades sociais das elites e as recompensas de seus membros (KELLER, 1967, p. 25); deixando bem claro que sua compreensão de elites não está restrita a indivíduos isolados em um campo de atuação, pois “não são os indivíduos, mas sim as coletividades que criam essas elites, e é como coletividade e não com líderes heróicos que devemos estudá-las” (KELLER, 1967, p.35). O conceito de Keller é ampliado porque sua proposta é construir uma forma de estudar grupos e pessoas em qualquer sociedade. Ela não se preocupa apenas com as elites políticas, quer abarcar todos os grupos que exercem comando em suas respectivas áreas de atuação, por isso o termo “elites estratégicas”.

Outro trabalho que tenta construir um conceito, porém mais focado para seus objetivos de compreensão de grupos políticos, especialmente sob a ótica das mudanças sociais mais rápidas, é o de Lasswell e Lerner (1967). Neste trabalho os autores propõem que não se pode fazer uma definição isolada

para o termo, porque são os objetivos de cada pesquisa que conduzem a definição e, portanto, toda a investigação, e por sua vez a definição mais adequada dentro de um espaço de gravitação do termo, é o pesquisador quem define. Não quer dizer que o termo “elite” seja amplo, mas a definição conceitual é mais aberta do que parece. A preocupação dos autores é responder a seguinte questão: de que forma os estudos das elites servem aos objetivos democráticos? (LASSWELL e LERNER, 1967, p. 9).

Os autores creditam a Mosca, Pareto e Michels a responsabilidade inicial pela discussão do tema das elites nas ciências sociais a partir dos anos 1950. Na definição usada por eles “a elite é constituída pelos que são influentes” (LASSWELL e LERNER, 1967, p. 15), pois segundo eles “a distinção entre decisões e escolhas é determinante para a identificação das elites do poder”. Para esta afirmação defendem que as elites do poder, ou seja, a elite da elite é constituída assim, porque ela tem “a sanção à sua disposição” (LASSWELL e LERNER, 1967, p. 21). Desta forma se vê claramente que a definição dos autores está sustentada no método decisional. A preocupação deles não é com qualquer forma de elite, mas com um grupo restrito que forma as elites num determinado contexto, mas não qualquer elite, apenas as elites do poder; as que não se abstém de desempenhar um papel mais ativo nas decisões.

A proposta dos autores é identificar as elites através das características e circunstâncias, tais como a) ambientes territorialmente orientados a que estão sujeitos os indivíduos, neste ponto estão os estudos de elites locais, regionais e/ou nacionais; b) interesses que sustentam a seleção e/ou recrutamento de grupos; c) a personalidade orientada para o poder e a formação em círculos fechados; d) as crises internas e externas aos grupos que projetam elites; e) as arenas em que se constroem, reconstroem e se transformam grupos; f) os valores básicos das elites ao longo de suas carreiras, neste quesito estão os que fazem parte de elites e os que não fazem parte, mas que traçarão um caminho para chegar nesta condição; g) as estratégias que estão diretamente relacionadas com as arenas em que estão inseridas; h) os efeitos de seus atos e planos, valores e interesses, ações e reações para alcançar a posição ou condição; i) a perspectiva de grupo, que só é possível observar quando:

- identificam-se pessoas que ocuparam altos postos durante um período, e em períodos anteriores, e que gozam de prestígio perante os outros, diante da ordem vigente (reputação);
- pessoas que são consideradas como muito influentes nas decisões importantes, mesmo sem ocupar postos importantes (decisão);
- pessoas com capacidade de exercer influência significativa sobre decisões importantes; membros de famílias fechadas. Essa é uma forma que permite identificar os “recém-chegados” (“elites emergentes”) ou incluí-los, ao mesmo tempo identificar os que gozam de *status* de elite, mas se abstém de desempenhar um papel mais ativo nas decisões (LASSWELL e LERNER, 1967, p. 23-40).

Lasswell e Lerner (1967) concebem que a elite do poder e a elite política como distintas porque a primeira tem o poder de tomar decisões com base na ocupação de postos importantes; já a elite política nem sempre toma decisões por causa dos postos que ocupam, mas do poder que têm.

Com uma abordagem um pouco restrita e buscando desenvolver seu trabalho voltado para uma revisão da teoria das elites, Bottomore (1965), defende que a classe política é o grupo que exerce poder ou influência política e está empenhado na busca de exercer liderança política e no seio deste grupo mais

específico, está quem efetivamente exerce o poder político em uma sociedade, porque “classe política, portanto, compõem-se de muitos grupos que podem estar empenhados em diversos níveis de cooperação, competição ou conflito entre si” (BOTTOMORE, 1965, p. 16). O autor diz que a palavra elite significa uma definição para grupos funcionais, que por várias razões, ocupam na sociedade um espaço social elevado.

No entanto, outros trabalhos tentam ampliar as definições de Mosca, Pareto, Michels. Uns buscaram se posicionar de forma mais crítica, mostrando os limites metodológicos (PUTNAM, 1976), outros mostraram a impossibilidade de se construir um conceito de elites de forma geral (DAHL, 1958). Para Dahl o modelo de elite dirigente desenvolvido, especialmente por Mills (1975), parte do princípio de que a elite dirigente é constituída por um grupo de pessoas que possuem um alto potencial de controle, referindo-se ao que ele denomina de “bureaucratic triumvirate” de Mills (DAHL, 1958, p. 465).

A crítica principal aos teóricos das elites está dispersa em muitas obras. As mais pontuais são as de Dahl que tem seu foco nos argumentos da sociologia das posições institucionais de Mills (1975). Para Dahl (1958, p. 465) o trabalho de Mills parte de hipóteses gerais e de difícil verificação por isso a impossibilidade de refutação, o que dificulta se atribuir ao trabalho o caráter científico, porque não basta a posição para demarcação de quem é ou não é elite. Para o autor é necessário verificar o potencial de tomada de decisão que o grupo identificado como elite tem. “But a potential for control is not, except in a peculiarly Hobbsian word, equivalent to actual control”. Dahl chama atenção para a necessidade de unidade entre os grupos para que realmente ocorra o exercício do controle político (direção), referindo-se a tese das elites do poder. Dahl insiste que “The actual *political* effectiveness of a group is a function of its potential for control *and* its potential for unity” (grifo do autor), ou seja, o fato de pessoas e/ou grupos estarem em posição privilegiada nos estratos mais elevados de uma sociedade não significa que elas têm um potencial de comando ou controle dessa sociedade.

A outra crítica de Dahl à concepção de elite do poder está sustentada na idéia defendida por Mills (1975) de elite dirigente como sinônimo de grupo de pessoas que tem influência, ou seja, a falta de igualdade política não leva a existência necessária de uma elite política. No entanto esta crítica pode ser estendida a Michels, já que este autor, fazendo uma crítica as organizações, mostra que a necessidade de um grupo superior no comando gera uma elite (oligarquia) e esta é inevitável em qualquer organização. Portanto, a defesa de Michels de inevitabilidade dos líderes (chefes) está sustentada na desigualdade política no interior das organizações. Convém esclarecer aqui que a crítica de Michels não é direcionada à democracia em si, mas às organizações da sociedade e seu exemplo é a organização partidária.

Por fim a crítica dos teóricos das elites à concepção marxista de que toda sociedade se divide em classes sofreu reação de toda ordem e originou trabalhos com duras críticas a visão do que chamaram de “elitismo” ou “realismo” na política ou na análise da sociologia política. Pode-se dizer que foi uma reação análoga as concepções de Maquiavel, quando o termo maquiavélico ganhou uma conotação pejorativa na ciência e até no senso comum. Elitismo então passou a ser denominação dada àqueles que tentavam interpretar as sociedades e suas relações de poder através de análises alternativas a da divisão de classes de

forma polarizada. A concepção de elite ou elites é uma defesa às explicações sustentadas nas relações de poder e controle social e político das estruturas sociais e institucionais.

Os termos *status*, poder, grupos superiores, pessoas mais capazes, pessoas com capacidades superiores etc. passaram a ser interpretados como formas preconceituosas de lidar com questões sociais complexas e de difícil consenso, ao ponto de os principais expoentes da teoria das elites serem acusados de fascistas. Uriarte (1997, p. 249) diz que “Pareto, Michels y Mosca eram pesimistas respecto a la posibilidad de realización de la utopia socialista” por isso se voltaram contra a ideologia sustentada na dominação de classes da teoria de Marx. E “extendian este pesimismo a las utopias liberal y democrática, y con ello, estos autores pasavam a engosar probabelmente el grupo de los pensadores ingratos”.

De seu ponto de vista Uriarte (1997) defende que os três principais autores do chamado elitismo passaram a ser mal compreendidos e até rejeitados pela forma cética com que concebiam a impossibilidade dos ideais socialistas, valores e esperanças democráticos, com sociedades futuras mais igualitárias.

Já Albertoni (1990) diz que a idéia de “elitismo” passou a ser, no plano ideológico, um desencadeamento de reações emotivas por parte dos que eram contrários a tese de que existiam nas sociedades elites e principalmente de sua inevitabilidade. O autor faz uma interessante discussão, em outro trabalho, entre as duas formas de estudar elite, no singular e no plural (ALBERTONI, 1988).

Os que defendiam a existência das elites queriam sair de uma visão limitada e mistificada de classes como uma forma de compreender as modernas sociedades sem deixar de ver que havia certo grau de predomínio aristocrático e hierárquico sobre as massas populares. No entanto Uriarte (1995) defende que a pouca aceitabilidade da teoria das elites nas ciências sociais pode ser explicada especialmente pelo “esquerdismo” que predominou no meio acadêmico na segunda metade do Século XX e pela tentativa de vinculação dos principais teóricos (os fundadores) com ideologias conservadoras e até fascista.

O termo “elitismo” está cercado de ideologia, já que a teoria não se volta para a análise das massas como capaz de impor reação a dominação; que as massas não podem escapar da dominação de minorias (portanto uma visão de aceitação do *status quo*) ou no máximo conseguem se tornar elites por emergência na inevitável hierarquia social, política e econômica das sociedades liberais modernas. Numa visão elite *versus* massa os estudos sobre elite passaram a ser criticados pelos posicionamentos que defendiam de inevitabilidade de grupos dominantes ou de uma divisão social e política que muitos se negavam a aceitar e por isso se negavam a estudar, daí nasce o preconceito com o estudo de grupos minoritários e o termo elitismo passou a ser cunhado de forma pejorativa como princípio ideológico, tal qual a preferência pelos estudos sobre massas populares que foi o sustentáculo de ideologias preconceituosas anti-elites.

Quadro 1: Síntese conceitual definidas claramente nas obras consultadas

Autor	Definição
Mosca ([1896] 1992, p. 106)	“minoría de personas influyentes en la dirección de la cosa pública a la que la mayoría le entrega, de buen grado, la dirección”
Pareto	“uma elite governante, compreendendo os indivíduos que direta ou indiretamente

([1916] 1984, p. 63)	participam de forma considerável do governo, e uma elite não-governante, compreendendo os demais”
Lasswell e Lerner (1967, p. 15)	“a elite é constituída pelos que são influentes (...) a distinção entre decisões e escolhas é determinante para a identificação das elites do poder”
Keller (1967, p. 15)	“minoria de indivíduos cuja missão é servir a uma coletividade, num sentido social”
Mills ([1956]1975, p. 23)	“por elite do poder entendemos os círculos políticos, econômicos e militares que, como um complexo de igrejinhas interligadas, partilham as decisões”
Bottomore (1965, p. 16)	“classe política, portanto, compõem-se de muitos grupos que podem estarem empenhados em diversos níveis de cooperação, competição ou conflito entre si”.

2. Uma Aproximação Teórico-Metodológica para Identificação de Elites Políticas Locais

O objetivo desta parte é tentar responder as seguintes questões: Qual a metodologia mais usada e qual a mais apropriada para a identificação de elites? As elites são iguais em todas as sociedades ou suas características são distintas de acordo com cada sociedade e se isso acontece por quais motivos? Que categorias são úteis na descrição da composição da elite?

Dentre os principais métodos de identificação ou demarcação de pessoas e/ou grupos que compõem uma elite ou elites está o método de posições institucionais. Ele foi usado por Mills (1975) quando chamou seu esforço de “sociologia das posições institucionais”. Foi com base nas posições das instituições mais importantes que ele encontrou (como trata em um dos capítulos de seu livro) “os 400 metropolitanos”. Este trabalho foi alvo de duras críticas por parte de Dahl (1958), especialmente, quando diz que um dos maiores problemas de se atribuir excessiva importância às posições é a perda de percepção de quem realmente está posicionado para tomar decisões importantes ou de quem tem apenas o potencial de tomada de tais decisões, a partir da posição que ocupa. Portanto, trat-se de uma crítica metodológica de um defensor do pluralismo que é Dahl.

O debate metodológico vai além, quando se observa os princípios que regem os primeiros trabalhos, como o de Mosca (1992, p. 107), que define elite pela influência (posições, *status*) e capacidade de decidir. O que ele defende é que a maioria (massas) entrega as decisões importantes nas mãos de uma minoria (elites), mas não há como identificar quem é essa minoria e como ela se constitui; que pessoas formam esta minoria e em que posições elas se encontram realmente. Ou como questiona Mills, sobre o posicionamento da linha demarcatória para identificação de elites. Talvez aqui esteja o que Mills (1975) chama atenção sobre o estudo das elites que é a inacessibilidade da cúpula da sociedade e da dificuldade de demarcação da base. O principal problema metodológico para a identificação de elite ou elites é a linha demarcatória que coloca as elites e exclui as não-elites.

Para se definir um grupo de pessoas como fazendo parte de uma elite específica - a política - ou para atribuímos a determinados grupos o rótulo de “elites políticas” podemos partir de alguns procedimentos.

Putnam (1976) mostra três formas de se fazer isso, são elas: a) a análise posicional, que parte do suposto de que as instituições formais e de governo oferecem uma cartografia útil das relações de poder, uma espécie de “rede política”. Assim considera que os que estão nas posições mais elevadas dessas instituições são os que politicamente têm mais poder; b) a identificação a partir de uma análise decisional é feita através das decisões consideradas impactantes ou importantes na vida social e política de uma sociedade; parte do suposto de que as decisões de governo podem ser rastreadas para identificar os tomadores destas decisões, porque o poder político se materializa nas ações do governo; c) a identificação a partir de uma análise reputacional, baseada na reputação que as pessoas – hipoteticamente importantes – têm na sociedade em que vivem. Parte de abordagens com pessoas que supostamente não fazem parte das elites e de pessoas que também estão hipoteticamente na elite em uma dada sociedade, para que elas identifiquem as pessoas mais importantes, incluindo as posições formais e informais que ocupam.

Os dois métodos são os mais usados pelos autores até aqui trabalhados e cada um deles tem seus limites, como é comum a um método científico. O que se busca então é a complementaridade dos métodos e sua aplicabilidade em cada sociedade onde a análise está sendo feita. Descritos os métodos vamos agora mostrar um pouco de seu funcionamento e seus limites. O primeiro método é o posicional.

Trata-se do mais utilizado e foi trabalhado por Mills (1975). O trabalho de Mills (1975) é, de acordo com Dahl (1958, p. 463), um retrocesso infinito de explicações, ou como diz o próprio Dahl “(...) an infinite regress of explanations. The ruling elite model *can* be interpreted in this way”. A crítica de Dahl está sustentada na impossibilidade de definir quem tem ou não poder e para quais objetivos se quer definir os que têm poder e os que não têm poder para decidir, influenciar, vetar decisões, impor uma agenda de decisões etc. em uma sociedade.

Com sua crítica ao modelo de elite dirigente formulada por Mills (1975), Dahl defende que não basta estudar a composição do grupo a partir de sua posição na tomada de decisão, é necessário acrescentar uma análise dos papéis socioeconômicos, da classe socioeconômica das pessoas e da capacidade de conjunto que elas têm para se constituir enquanto elite.

O método posicional parte então da existência de uma desigualdade política entre as pessoas de uma sociedade para definir os que têm mais poder político (de tomar decisões nos altos escalões governamentais, no caso da elite política) e assim promover um “recorte” no todo para a retirada da parte que interessa estudar ou apenas definir quem é ou não elite política, a partir das posições que ocupam e tais posições, hipoteticamente, lhes garante a tomada de decisões importantes e este é o suposto de Mills (1975), do qual Dahl (1958) não concorda.

O primeiro limite do método está, como informa Dahl (1958, p. 465), na falta de rigor, porque nem todos os grupos têm os mesmos interesses, pois “Any investigation that does not take into account the possibility that different elites groups have different scopes is suspect”. A falta de unidade pode comprometer a análise de grupos a partir da análise das decisões, porque para um grupo as decisões

podem ser importantes, para outro grupo elas podem não ser. Isso demonstra o conflito de interesses existentes entre os grupos de elite ou entre as elites, o que reflete a falta de unidade das elites políticas e por isso a dificuldade de se medir ou delimitar elites apenas por um conjunto de decisões analisadas e consideradas hipoteticamente importantes. Em outros termos: o conflito tem uma função desagregadora que cria uma mancha sobre a linha demarcatória.

Apenas pelas decisões não se consegue definir claramente as pessoas e/ou grupos mais importantes, porque algumas pessoas e/ou grupos que não estão nestas posições de tomada de decisão ficam excluídas pelo recorte metodológico, como por exemplo, as pessoas e/ou grupos que se caracterizam como “contra elites”, isto é, os que tomam decisões de veto em relação a uma posição das elites, numa sociedade em que o sistema político aceita o veto como manifestação política, de grupos específicos (não-elites), seja de que forma este veto se manifeste. Esses grupos, então se comportam como “contra-elites” e são tão importantes que o recorte metodológico pautado em posições institucionais não consegue captar, portanto, os exclui.

Aliás, algumas posições nos sistemas políticos democráticos podem ser comprometidas pela decisão de grupos da “não-elite” e/ou da “contra-elite”. O que demonstra a fragilidade do método quando adotado isoladamente. Neste caso, é importante a própria definição de “não-elites”, ou seja, maiorias amorfas e “contra-elites”, que estamos tratando como parte das maiorias amorfas (das “não-elites”), mas com capacidade real (pela sua união e/ou organização) de imposição de veto às decisões da elite do poder. O grupo dos “não-elite” pode incluir todos os que não fazem parte da elite, mas os grupos dos “contra-elite” são os que claramente afetam as elites com suas ações intencionais.

Aqui há uma convergência entre os dois primeiros métodos (posicional e decisional) apontados por Putnam. Aparentemente temos uma dificuldade de separar os dois métodos. Se as posições institucionais mais importantes é o que nos leva a identificação de grupos de pessoas com características de elites políticas, e assim defini-las como importantes; as decisões por elas tomadas devem ser também importantes, pelo menos uma parte delas. Desta forma, os métodos se complementam, já que em muitos casos são indissociáveis as duas situações (posição e decisão) numa mesma pessoa e/ou grupo. No entanto, quando se trata de “contra-elites” a operacionalização dos dois métodos é falha.

Na hipótese de existência de uma elite dirigente ou elites é possível usar a proposta de Dahl (1958, p. 466) para identificá-la, a partir dos seguintes procedimentos: “1. The hypothetical ruling elite is a well-defined group. 2. There is a fair sample of cases involving key political decisions in which the preferences of the hypothetical ruling elite run counter to those of any other likely group that might be suggested. 3. In such cases, the preferences of the elite regularly prevail”. Em suma: o que Dahl propõe é definir um grupo, fazer uma amostra considerável de decisões e verificar se as preferências dessas decisões realmente prevalecem.

Uriarte (1997) defende que a identificação das elites políticas pelo método posicional é mais fácil e prático, porque elas estão situadas estrategicamente em organizações que se destacam das demais e são de fácil identificação na estrutura política de qualquer sociedade. Também muitas vezes é fácil a

percepção de pessoas que ocupam posições de destaque fora da estrutura formal do sistema político-institucional. Por sua vez o autor destaca que ao ser o método mais utilizado pelos principais trabalhos da literatura sobre o tema, ele é imprescindível, porém apenas como método complementar.

O segundo método a ser aqui tratado é o decisional. Embora já parcialmente tratado junto com o posicional, o mapeamento das decisões é fundamental para que se possa operá-lo. De certa forma para a operacionalização deste método é necessária uma análise da arquitetura organizacional das instituições mais importantes de uma sociedade (especialmente as governamentais, mas não exclusivamente estas) e, a partir dessa estrutura, verificar quais os postos mais importantes para verificar as decisões, como prevê Dahl (1958), p. 466). Ou o inverso. Partir das decisões e fazer uma espécie de “rastreamento” delas até sua origem e identificar cada etapa do processo, ou seja, o caminho inverso partindo da decisão final o seu decisor ou decisores.

Se for assim, as dificuldades estão na seguinte ordem: a) definir que decisões são realmente importantes numa sociedade e no interior de uma instituição; b) qual a medida de importância será adotada para a classificação, num *ranking* de importância das decisões; c) até que etapa de decisão, envolvendo pessoas/grupos, se pode atribuir importância (até que nível em uma hierarquia de decisões), e o que se poderia usar para medir a importância dessas decisões; d) quando uma decisão é consensual entre elites e quando não é; e) quando não se tratar de decisões consensuais como fazer para medir o impacto entre elites e os conflitos existentes; f) quais decisões são realmente consensuais e quais não são e por que.

Para um recorte mais preciso de seleção de pessoas e/ou grupos para compor uma lista de elites políticas Von Beyme (1995, p. 30-35) sugere que seja utilizado o conceito de classe política no lugar de elite política por dois motivos de ordem prática: a) por ser o conceito de elite política mais restrito, pois a elite está incluída dentro da classe; b) em classe política é possível incluir pessoas com poder de influenciar nas decisões, como as elites administrativas; c) incluiria pessoas que são influentes nos bastidores do dia-a-dia da política, das “altas todas”, mas que não aparecem nos altos escalões quando se trata de decisões políticas. Neste caso, algumas vezes o método reputacional consegue captar estas pessoas ou como trata o autor “La clase política incluiria a políticos de segunda fila”. No entanto, a proposta do autor se mostra um tanto ampla para recortes precisos de pessoas ou grupos com poder de decisão e/ou veto.

O terceiro método é o reputacional. Ele se baseia na reputação que pessoas e/ou grupos têm diante da sociedade em que vive, seja entre os “comuns”, seja entre os próprios membros das elites. Também é mais indicado como método complementar, porque apresenta uma limitação operacional que é chegar a uma lista relativamente ampla para “teste de reputação”, e daí realmente fechar uma lista final, ou seja, a lista das elites ou elite.

Para o estudo de uma sociedade relativamente pequena não é tão difícil preparar uma lista, sobretudo em sociedades tradicionais, pouco complexas no que se refere a estrutura social, econômica e política. Para sociedades maiores a dificuldade é criar critérios de inclusão/exclusão na amostra para se testar a reputação das pessoas. Neste caso mais específico, um conjunto de fontes poderia ser útil, entre

elas, os meios de comunicação. Isso requer um esforço de identificação iconográfica e até de prosopografia (método prosopográfico) que é o quarto método a ser tratado.

No esforço com o método reputacional um primeiro desafio é identificar o perfil básico das pessoas candidatas ao posto de elite. Isso pode ser feito com as respostas às seguintes questões: Quais as origens sociais e econômicas dessas pessoas? Como elas alcançaram tais posições na estrutura política mais elevada e/ou reconhecida? Sob que circunstâncias elas se mantêm na situação e por quanto tempo permanecem onde se encontram? Existe uma inter-relação de famílias que compõem as elites? Que interesses comuns, hábitos e costumes elas têm? Que percepção as pessoas da sociedade têm daqueles que hipoteticamente pertencentes à elite? É possível iniciar a lista pelas próprias pessoas que supostamente se apresentam nas fontes de evidência como elite?

Se o método reputacional é mais complexo, porque depende de respostas para estas questões, também se apresenta como excepcional complemento, porque é baseado exclusivamente em trabalho de campo. Assim, para verificar a reputação como forma auxiliar de outros métodos Uriarte (1997, p. 266) dá algumas orientações para a operacionalização dos métodos de identificação de elites, são eles: a) conhecer as características da classe política; b) ter em mente a diferença entre os conceitos de elite política e elite política local; c) compreender quando as elites políticas e as elites políticas locais se sobrepõem no mesmo espaço. Em suma, o que o autor mostra é a necessidade de cautela na seleção, pois sempre haverá um sobreposição de espaços ocupados por pessoas que transitam em vários espaços ao mesmo tempo do sistema político local e regional/nacional.

Algumas vezes as elites políticas se conjugam; em outras elas se anulam; em outros momentos elas se cooperam e também entram em conflito ao mesmo tempo, no mesmo espaço em arenas iguais ou diferentes. O recorte local também pode ser delimitado o mais claramente possível e o “local” conceituado pode ser facilitado pela identificação dos espaços de socialização política, através do mapeamento dos critérios de seleção política, das formas de reprodução de pessoas dentro deste espaço e, principalmente, da compreensão de como funciona todo o sistema político local em estudo. Por estes motivos é importante conhecer as motivações das pessoas que alcançam as posições de elite no sistema político local, porque elas desejam tais posições e quando desejam (em que momento da trajetória).

Tão importante quanto identificar esses fatores em torno das elites é identificar o processo de renovação, pois este processo (lento ou rápido) mostra a capacidade de renovação do sistema, dos grupos, e a estabilidade do sistema a partir das mudanças de posições ou até mesmo de estabilidade institucional.

Todos estes aspectos podem ser avaliados em trabalhos de campo com a utilização do método de reputação de pessoa e/ou grupos, e podem identificar cada elo de ligação para não só posicionar pessoas e/ou grupos numa escala de peso político, mas para desvendar os motivos pelos quais elas foram apontadas com alta estima pelos entrevistados e porque elas têm elevada reputação política na sociedade.

O último método tratado aqui é o prosopográfico e mais usado em estudos de história social e política; mais conhecido como estudos de biografias coletivas. Ferreira (2002, p 28) atribui a Lawrence Stone uma nova forma de descrever o método como uma pesquisa sobre as características básicas e

comuns de um grupo de indivíduos por meio de um estudo coletivo de suas vidas. No entanto, é mais comum usar o termo prosopografia para designar biografia coletiva.

Por sua vez Heinz (2006, p. 8-9) mostra na introdução da coletânea de trabalhos, por ele organizados, que a “apropriação da noção de elite pelos historiadores permitiria assim dar conta, através de uma micro análise dos grupos sociais, da diversidade, das relações e trajetórias do mundo social” Para o autor o propósito do método é o de “compreender, através da análise mais ‘fina’ dos atores situados no topo da hierarquia social, a complexidade de suas relações”. O que o Heinz defende é que o enfoque metodológico “que recolocou as elites novamente no centro de interesse da comunidade de historiadores, é o da prosopografia ou das biografias coletivas” e por isso propõe estudar elites, usando indistintamente os termos “prosopografia, método prosopográfico e método das biografias coletivas”.

A forma de operacionalização do método é indicada por Ferreira (2002, p. 29) da seguinte forma: se define um “universo de pessoas a ser estudado e propõe um conjunto de questões sobre seu perfil e atuação, que incluem dados sobre nascimento e morte dos indivíduos, laços de casamento e parentesco, origens sociais e posição econômica herdada, local de residência, educação (...), ocupação, religião, trajetória política, experiência profissional, montante das fortunas”. No entanto, grande parte dos trabalhos com o uso do método se restringe, em estudos históricos, a grupos de pessoas que de alguma forma deixam estes registros para que as variáveis indicadas sejam verificadas. Em estudos atuais, é possível devido à variedade de fontes.

Trata-se de um método pouco divulgado pela sua restrição de uso, inclusive dentro da própria historiografia, de onde se originou, porque ele busca a identificação de elementos, de um determinado grupo social, a reconstituição de suas trajetórias profissionais e sociais que dão sentido as ações que aparecem relacionadas a suas imagens. Portanto, o limite do método está situado na restrição das fontes disponíveis para a pesquisa.

Com base em outro trabalho que usa a prosopografia, Pereira (2002, p. 30) indica que para que seja desenvolvido o método algumas questões são fundamentais, são elas: a) Qual a estrutura do grupo(s) examinado? b) Como é feito o recrutamento destes grupos? c) Quais são as funções políticas mais presentes entre os membros do grupo? d) Qual sua base econômica? e) Qual a origem de sua riqueza? f) Qual seu estilo de vida? g) Quais as atividades e valores mais importantes? h) Como são educados? i) Como e por que sofrem mudanças no período que se está estudando?

Os trabalhos sobre elites requerem o que Charles (2006, p. 30) defende como “procurar a fundo penetrar em um dos meios que detém o poder e conhecer seus mecanismos concretos”, sendo que, segundo o autor, “a escolha do alvo é primordial, pois uma amostragem arbitrária pesará permanentemente sobre os resultados”. O método prosopográfico parte da amostragem retirada de um universo construído através de fontes variadas, para se construir uma listagem de nomes, e através dela, buscar respostas para as questões apontadas por Pereira (2002).

Se o levantamento e a análise se dará de forma qualitativa ou quantitativa é uma opção do pesquisador; se a amostra é pequena para permitir ir ao fundo das análises, ou se é grande para permitir possíveis generalizações, os cuidados são os mesmos. Charle (2006, p. 31) informa sua preferência pela

análise mais aprofundada quando diz “A multiplicidade das pequenas amostras, saturadas de informações e, se possível, comparáveis entre si ou com aquelas de outros pesquisadores, me parece preferível – para ser fiel à reorientação metodológica que é a biografia social – ao tratamento exaustivo das grades amostras com poucas variáveis”.

Em seu trabalho Baras, Bortella e Columé (1988, p. 215) questionam se seria possível uma elite local com maior representatividade sociológica do que uma representatividade estadual ou uma regional. Com base nesse questionamento os autores propõem que se verifiquem em pesquisas empíricas sobre elites locais as diferenciações no interior das elites, com base espaço sociológico (urbano ou rural) e com base no agrupamento (técnico, profissional, partidário etc.). Criticam assim, a busca de saber quem forma a elite política, antes mesmo de se conhecer como atuam e em que consiste sua atividade. Para eles, isso limita o foco das pesquisas, pois predomina sempre as técnicas quantitativas sobre outras técnicas de pesquisa como a análise das decisões políticas baseadas em entrevistas não diretas, por exemplo.

Quadro 2: Síntese metodológica e seus limites de uso em pesquisas para identificação de elites

Método	Descrição	Limites do Uso
Posicional	A identificação é feita a partir da posição nas organizações formais do sistema político (executivo, legislativo), econômico (empresas), jurídico (tribunais e afins). O critério de inclusão na elite é a posição de cada integrante da lista de nomes, na hierarquia funcional do sistema.	Deixa de fora as “não-elites” que são pessoas que não ocupam posições de destaque, mas tem grande capacidade e poder de veto de decisões das pessoas em posições de destaque em uma sociedade.
Decisional	A identificação é feita a partir da capacidade de tomada de decisão, levando em conta os efeitos das decisões tomadas na sociedade e a competência formal para decidir dentro de organizações e instituições da sociedade.	Depende da capacidade objetiva da rede de decisões e do estabelecimento de causa-efeito em cada sistema político, além de deixar de fora as decisões informais, como os grupos sociais de oposição ou as “contra-elites”. Trabalha apenas com as decisões formais.
Reputacional	A identificação é feita a partir da reputação que tem uma pessoa ou grupo de pessoas dentro de uma sociedade. Geralmente é identificada a reputação através de listas nominais em que uma pessoa da lista indica outra ou aleatoriamente pessoas da sociedade indicam a importância das pessoas que constam na lista.	É difícil de operar e trabalha muito com o imaginário coletivo, já que não consegue ser objetivo e uma lista prévia é sempre parcial e limitada. Muito usado em sociedades tradicionais. Requer a identificação de redes sociais como forma de montagem de lista.

Prosopográfico	A identificação é feita a partir das biografias coletivas. Recorre-se a documentos, jornais, informativos etc. que cada sociedade produz sobre a vida das pessoas de poder, influência, capacidade de tomada de decisão e reputação para fazer um levantamento qualitativo ou quantitativo. É conhecido na historiografia como “método das biografias coletivas”	Deixa de fora pessoas que não têm notoriedade, mas que tem forte potencial de vetar, influenciar, defender posições, políticas, decisões governamentais. Restringe a seleção de pessoas que compõem a amostra aos registros que elas deixaram de seus nomes (os “grandes nomes”), por isso deixa de fora os “sem registros”.
----------------	--	--

3. Os Estudos Recentes sobre Elites e uma Proposta Metodológica para Identificação de Elites Políticas no Estado do Pará

Nossa preocupação nesta parte é de ordem metodológica, com objetivos mais pragmáticos, que estão diretamente ligados as seguintes questões: Como identificar quais as perspectivas das elites locais? De que forma identificar que valores básicos elas têm? Quais elites são realmente decisivas nas sociedades a serem estudadas?

Os principais estudos mais recentes na literatura internacional apontam para um grande projeto que conjuga esforços de várias instituições na União Européia e busca identificar as elites nacionais e seu papel no desenvolvimento de uma cultura participativa que auxilie na identidade de pertencimento à União Européia (JEREZ-MIR, 2006; JEREZ-MIR e VÁSQUEZ, 2007; INTUNE, 2006). Trata-se de um amplo projeto que congrega vários institutos de pesquisa que juntam seus esforços para a tarefa central de mapear elites no continente⁶, outros esforços em projetos de pesquisa nacionais mais recentes também buscam identificar elites políticas em vários estados da federação brasileira⁷.

Outros trabalhos publicados internacionalmente incluem textos que buscam fazer levantamentos sobre as elites locais (BARAS *et. al*, 1988; GIOL, 1992), basicamente conceituais, como o de Baras (1991); sobre o papel das elites em determinados assuntos, tais como na composição dos parlamentos, discutido por Loriente e Piwonka (1993), ou vinculação partidária (BARAS, 1992); formação de uma unidade política (JEREZ-MIR, 1985), ou fatores como as abordagens que discutem a formação de elites na democracia, sendo alguns mais recentes (CARRERAS, 1991; HIGLEY *et al*, 1991; URIARTE, 1997) e outros mais antigos (DAHL, 1966), ou sobre o papel das elites nos regimes políticos (GENIEYS, 1998),

⁶ Projeto integrado financiado pela União Européia, através do programa *Citizens and governance in a knowledge based society*, com duração de 4 anos (2005-2009), coordenado pelo *Centre for the Study of Political Change* (CIRCaP) da Universidad de Siena. Melhores informações sobre o projeto consultar o site: www.intune.it.

⁷ Estamos nos referindo ao projeto em andamento “Pesquisa Elites Estaduais: Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”, financiado pelo CNPq, Fapemig e Capes; além do projeto “Representação Política e Qualidade da Democracia: Um estudo das Elites Parlamentares da América Latina”, coordenado por Manuel Alcântara (Universidad Salamanca), Fátima Anastasia (UFMG), Carlos Ranulfo (UFMG), Magna Inácio, Luciana Santana e Paulo Magalhães (2005).

ou ainda sobre a contribuição dos “clássicos” do tema elites (LEONI, 1991). Outros trabalhos mais antigos discutiram questões metodológicas importantes (ROSS, 1952; EDINGER; SEARING, 1967).

No Brasil algumas publicações mais recentes ligadas a resultados de pesquisa com uma perspectiva de colocar as diversas abordagens de elite em espaços territoriais demarcados, sobretudo na porção Sul-Sudeste do país, como os trabalhos de Codato *et. al.* (2006), Coradini (1999, 2001, 2006a, 2007a, 2008). Outros trabalhos abordam a presença de elites políticas em instituições parlamentares, com os trabalhos de Messemberg (2007, 2008a, 2008b), ou tratando de fontes de estudos para estes mesmos tipos de trabalhos como a proposta de Braga e Nicolás (2008).

No entanto, o grande volume de trabalhos recentes no Brasil está relacionado com a seleção de candidaturas, desempenho eleitoral, formação de grupos com vinculação político-partidária e eleitoral ou de base social como os trabalhos de Coradini (1999, 2001, 2006a, 2006b, 2007a, 2007b), Santos (2008), Dombrowski (2007), Furks e Perissionoto (2006), Miríade e Perissionotto (2008), Grill (2008), Leal (2008), W. Oliveira (2008) e Nascimento (2008). Outros trabalhos mostram uma relação entre grupos políticos e formação de quadros burocráticos ou de “elite administrativa”, estes em menor número, como os trabalhos de Abreu (2008), D’Araujo (2008), Gouvêa (2008).

Em outras abordagens podem ser encontradas as questões de gênero relacionadas as carreiras políticas, como faz D. Costa (2008), Avelar (1996); ou ainda fazendo relação de elites empresariais e formação de agendas políticas, que esteve presente nos estudos sobre elite, mas que recentemente perdeu fôlego, como são os de P. Costa (2008), seja a partir da visão de composição de organizações empresariais como *locus* de uma elite ou através da existência de redes entre elites econômicas como os trabalhos de Engler e Costa (2008), Diniz e Boschi (2003), além de outras abordagens que buscaram vincular formação educacional e condição de elite como o trabalho de Cattani e Kieling (2007), ou a formação de elites no poder judiciário como o trabalho de Medeiros e Perissionoto (2008).

O atual quadro de estudos sobre elites é diversificado, mas com poucos avanços conceituais e metodológicos. No Brasil, dada uma baixa produção acadêmica, estudos recentes mostram a emergência do interesse de trabalhos concentrados em poucos centros de pesquisa, especialmente os situados no Sul do país. No entanto, poucos tratam da diversidade regional como fundamento para a consolidação e renovação de grupos políticos. Por isso na próxima seção procuraremos caracterizar as regiões objetos da pesquisa em que foi dividido o estudo, buscando levar em consideração as orientações de Uriarte (2007, p. 266) e especialmente as características e circunstâncias demarcadas por Lasswell e Lerner (1967).

Desta forma é importante definir o conceito de elite política a ser usado na pesquisa (ainda em andamento), que será o de pessoas e/ou grupos que apresentam capacidade de influenciar os membros de uma comunidade/sociedade a adotarem comportamentos por eles desejados. Esta capacidade de influência também deverá ser observada através de suas ligações internas de redes sociais, políticas e econômicas (elites), no sentido de identificar a existência ou não de unidade de grupo (elite), um sentimento de pertencimento ao grupo (de elite) e a capacidade real e potencial para agirem como tal.

Assim temos grupos e/ou indivíduos que através do seu poder econômico, social, cultural e/ou político tem a capacidade de impor um veto ou resistência política formal (através de instituições) e/ou informal (através de outras formas, como grupos de pressão, mobilizações etc.) aos planos/programas/projetos governamentais em nível regional e/ou local. Portanto, tentar demarcar quais grupos são capazes de impor uma agenda de política ou vetar, de forma direta ou indireta uma agenda. O conceito então proposto para o estudo de elites no estado do Pará está relacionado com os objetivos da pesquisa que é verificar quem são os grupos políticos dominantes, a opinião desses grupos e que percepção/visão de mundo têm. A busca de verificar a capacidade política que tem esses grupos de impor uma agenda para determinadas políticas, planos, projetos governamentais é a forma considerada aqui como a mais adequada para a identificação do que trataremos como elites políticas locais.

Isso implica dizer que o conceito está restrito a um procedimento de identificação de pessoas com capacidade real e/ou potencial de impor decisões e/ou vetar decisões de governos locais, regionais e subnacional ou de posse deste mesmo poder construir uma agenda de decisões ou decisões pontuais que causem algum impacto para a comunidade/sociedade local, regional e subnacional, portanto, a função dessas pessoas no sistema político.

3.1. Procedimentos Metodológicos e Percursos da Pesquisa

A partir de um critério espacial, para efeito e planejamento da pesquisa de identificação de elites políticas, levamos em consideração o atual marco de regionalização utilizado pelo governo do estado, que divide o estado em 12 regiões que chamam de “regiões de integração” (PARÁ, 2007). Os critérios para essa regionalização adotados foram as similaridades econômicas, sociais, culturais e políticas, ou de forma mais direta a identificação das desigualdades regionais, das carências de infra-estrutura social e das características e carências da infra-estrutura econômica (transporte e energia etc.).

Desta forma este ensaio também tem como objetivo principal buscar identificar quais os procedimentos mais adequados, a partir das abordagens até aqui tratadas para encontrar respostas para tais questionamentos e da caracterização das sociedades pesquisadas. A partir dessas explicações queremos deixar claro que o principal objetivo é de ordem teórico-metodológica para verificar o desenho mais apropriado para identificar pessoas e grupos considerados como elite política local através de uma regionalização como critério geográfico de operacionalização de trabalho de campo. Para este recorte geográfico usamos as informações constantes na Tabela 1.

Tabela 1- População, eleitores n° de municípios por região de integração Julho 2007

Região de Integração	População	n° Eleitores	n°	Município da
			Municípios	Amostra
Araguaia	406.000	230.505	15	2
Baixo Amazonas	638.582	398.809	12	2
Carajás	497.937	312.057	12	2
Guamá	572.366	379.826	18	2

Lago Tucuruí	322.743	213.415	7	2
Marajó	438.694	247.587	16	2
Metropolitana	2.100.920	1.277.768	5	2
Rio Caetés	431.418	292.900	15	2
Rio Capim	534.715	328.503	16	2
Tapajós	244.742	114.491	6	2
Tocantins	627.206	390.848	11	2
Xingu	293.088	169.256	10	2
Total	7.122.956	4.355.965	143	24

Fonte: Contagem populacional de 2007 do IBGE; TRE-PA (01.04.2008); SEPOF-PA (2007)

Para a seleção dos municípios que compõem a amostra foram utilizados os critérios de maior população e maior número de eleitores, sempre a população prevalecendo. Dessa forma a Tabela 2 mostra os municípios da amostra para os trabalhos de campo. Para cada região foram selecionados dois municípios.

Tabela 2 - Municípios selecionados para a pesquisa de campo

Rio Araguaia			Baixo Amazonas e Calha Norte		
Município	População	Eleitores	Município	População	Eleitores
Redenção	64.583	47.732	Santarém	274.285	188.464
São Félix do Xingu	59.238	27.124	Monte Alegre	61.350	39.576
Rio Tocantins			Rio Guamá		
Município	População	Eleitores	Município	População	Eleitores
Abaetetuba	132.222	80.156	Castanhal	152.126	93.903
Cametá	110.323	66.926	Santa Isabel do Pará	51.763	31.312
Carajás			Lago de Tucuruí		
Município	População	Eleitores	Município	População	Eleitores
Marabá	196.468	118.330	Tucuruí	89.264	63.358
Parauapebas	133.298	79.637	Jacundá	51.511	32.996
Marajó			Tapajós		
Município	População	Eleitores	Município	População	Eleitores
Breves	94.458	45.155	Itaituba	118.194	60.881
Portel	45.586	26.277	Rurópolis	32.950	14.912
Metropolitana			Caeté		
Município	População	Eleitores	Município	População	Eleitores
Belém	1.466.230	958.523	Bragança	101.728	66.708

Ananindeua	484.278	231.356	Capanema	61.350	44.191
Rio Capim e BR 222			Rio Xingu		
Município	População	Eleitores	Município	População	Eleitores
Paragominas	90.819	56.473	Altamira	92.105	55.372
Capitão Poço	50.839	30.706	Pacajá	38.365	19.317

Fonte: Contagem populacional de 2007 do IBGE; TRE-PA (01.04.2008); SEPOF-PA (2007)

Como se trata de uma pesquisa em andamento nossa preocupação é uma aproximação metodológica para definir mais claramente, uma vez que não encontramos nenhuma referência de trabalho de igual escopo e abrangência sobre o tema no estado do Pará. Dessa forma resolvemos partir das seguintes etapas.

3.1.1. Primeira etapa: a base para o campo

Levantamento de nomes nas principais posições institucionais em cada município, de todos os 143 do estado do Pará, mas com mais profundidade e refinamento para os 24 municípios da amostra. Este trabalho envolveu basicamente levantamentos via Internet nos sites das principais organizações estatais das três esferas de governo, de organizações não governamentais (entidades de classe, representações de municípios, etc.). Foram incluídos na listagem de nomes de pessoas que ocupam posições de destaque (posição institucional) nas organizações governamentais que compõem os poderes constituídos nas três esferas de governo. A partir desta primeira etapa, os próximos passos então serão assim seguidos:

a) Conferência de nomes coletados a partir de fontes secundárias para confirmação e eventuais modificações na listagem, através de visitas institucionais nas representações dessas organizações governamentais, em Belém (secretarias, diretorias, autarquias etc.);

b) Outras visitas institucionais em outras organizações previamente identificadas, mas que não dispõem de informações em sites, são as representações da sociedade (ONG's), organizações governamentais, especialmente municipais, através de suas representações municipais em Belém.

3.1.2. Segunda etapa: aproximações metodológicas

Para a segunda etapa será feita uma verificação de nomes levantados na primeira etapa da pesquisa. A lista de nomes será verificada e complementada nos municípios da amostra, sendo que os dois primeiros municípios selecionados para o teste da metodologia de posições institucionais, Castanhal e Santa Izabel, ambos na mesma Região de Integração. Estes municípios foram selecionados pelos seguintes motivos:

- a) proximidade de Belém, o que possibilita a redução dos custos de deslocamentos;
- b) por causa da proximidade de Belém, considerou-se a possibilidade de eventuais ajustes na metodologia e/ou procedimentos de visita ou ainda mudanças nas estratégias para o objetivo da etapa que é complementação de nomes para compor uma lista maior e em seguida delimitar um número menor de nomes para as entrevistas (*ranking* de posições);

c) primeira tentativa de constituição de nomes a partir de entrevistas livres com as pessoas identificadas previamente nos municípios (primeira etapa) e novas fontes de contato nos municípios (exploração) para identificação de novos nomes para a lista através do método de reputação. Isso permitirá a combinação dos dois métodos (posicional e reputacional) na pesquisa-piloto e verificar a possibilidade e limites de sua aplicação. Para isso a identificação é feita a partir da posição nas organizações formais do sistema político/administrativo, do legislativo, da economia ou do judiciário. O critério de inclusão ou exclusão no grupo considerado previamente como elite é a competência formal para decidir (método decisional) dentro de organizações e instituições da sociedade.

3.1.3. – Terceira etapa: operacionalização e complementação metodológica.

i) Sobre a operacionalização do método de reputação: a identificação é realizada a partir da indicação das próprias pessoas que compõem os nomes da lista de posições. Adicionalmente a isso serão ouvidas pessoas da própria comunidade dos municípios selecionados, para que estas pessoas sinalizam as pessoas que elas consideram como os mais influentes e importantes no contexto pesquisado. A inclusão na elite é vista como resultado da importância atribuída pelos membros da comunidade e dos próprios membros (reconhecimento de seus pares).

ii) Sobre a operacionalização do método de decisão: a identificação é feita a partir importância do indivíduo dentro dos processos decisórios considerados importantes para o município. Muitas vezes os estudos sobre elites se restringem ao emprego de um dos métodos. No entanto, não vamos compartilhar dessa visão e adotar um procedimento de identificação inicial que resgata os três métodos. Tal decisão é necessária devido às restrições que cada um desses métodos representa no nosso ponto de vista.

iii) Sobre a complementação metodológica: a partir do método de posição definiram-se como posições-chave no nível do município os cargos eletivos de prefeito e vereador, além dos cargos do secretariado municipal; os juízes e promotores da comarca; os dirigentes de organizações federais e estaduais situados no município; as lideranças das principais organizações representativas (sindicato, clube de lojistas etc.) e, os principais agentes econômicos (empresários). Os indivíduos assim identificados compõem o conjunto numa lista *Lista OcupPosForm* (conjunto dos indivíduos selecionados a partir do método de posição no município).

Na identificação dos ocupantes das posições formais foram levantados dados básicos, que vão possibilitar uma primeira caracterização da elite do município, tais como: idade, sexo, CPF, filiação (nome do pai, e da mãe), escolaridade, origem, tempo de residência no município, tempo na posição/cargo, ocupação anterior, principal fonte de renda, passos importantes na carreira individual, opiniões sobre temas chaves etc..

Contudo, a definição da elite local a partir do método da posição deixa algumas lacunas em relação ao nosso interesse principal da investigação. A restrição das posições formais nas instituições de poder e decisão faz com que não se consiga captar todos os elementos que devem ser ouvidos na construção de um projeto de desenvolvimento regional, sobretudo não é possível verificar os elementos situados fora das

instituições formais (por exemplo: ex-ocupantes de cargo eletivo) ou fora do município, que exercem um papel importante na definição do destino do município. Tão pouco o método é capaz de demonstrar as relações que existem entre os membros da elite (redes políticas) e em consequência deste fato não permite uma afirmação em relação à coerência interna da elite (proposta por Dahl [1958]). Esse último ponto é de grande interesse para a nossa investigação, já que o processo de mudança na sociedade pode depender da coesão interna da elite. Ou em outras palavras as discrepâncias dentro das elites abrem espaços para mudanças (*Rutland*), e isso, os torna alvo importante da pesquisa. Por último, não se têm elementos para verificar com precisão a dinâmica da mudança da elite, seja na sua composição, seja na sua característica.

No intuito de superar essas lacunas, vai-se construir outra descrição da elite local que visa aperfeiçoar a composição e mostrar as relações que existem entre os seus elementos. A comparação dos dois conjuntos permite identificar os indivíduos que tem um alto prestígio social sem ocupar posições formais de tomada de decisão ou de outra forma são indivíduos que compõem o grupo tratado aqui como “não-elite”..

3.1.4. Quarta etapa: a caminho dos objetivos

Escolha dos membros da elite local cuja visão do mundo será investigada a partir do critério de escolha dos membros da elite local cuja visão do mundo será pesquisada mais profundamente é intencional e visa observar a sua importância dentro do município. A importância será definida a partir da posição do indivíduo no *ranking* gerado dentro do conjunto de métodos. Esse procedimento impede que se estabeleça um número fixo de representantes da elite local que serão entrevistados. No entanto, devido a restrições operacionais, o número de entrevistas não deve exceder 20 por região, variando de acordo com o tamanho da lista de cada município selecionado. Em um primeiro momento o teste nos dois municípios mais próximos de Belém servirá para se ter uma dimensão da operacionalização da triangulação desses métodos.

i) Sobre o levantamento da visão do mundo da elite local com ênfase no problema do desenvolvimento local: os representantes da elite local serão entrevistados individualmente. A entrevista abordará as seguintes temáticas, usando perguntas fechadas e abertas; formação da sua carreira como integrante da elite local, a partir do levantamento da história de vida do entrevistado e do seu grupo familiar.

a) Visão sobre a situação atual do município, através da identificação dos motivos que explicam a situação atual (econômico, político e social) do município.

b) Perspectivas sobre o potencial do município, através da apresentação de estruturas e fatores que são considerados potencialidades para o município.

c) Visão dos atores/organizações/instituições capazes de subsidiar e apoiar o processo do desenvolvimento local, impor uma agenda política ou vetar uma já construída.

As entrevistas serão analisadas com técnicas estatísticas descritivas na parte das perguntas fechadas e com a metodologia do discurso do sujeito coletivo, a fim de construir a opinião da elite local do

município⁸. Para se ter uma idéia mais completa da complexidade em que será aplicada a metodologia a última parte deste ensaio tratará dos desafios que o campo revelará.

4. Espaços Regionais de Formação e Renovação de Elites Políticas no estado do Pará: considerações preliminares

Os espaços de formação e renovação de grupos políticos têm características distintas entre as regiões de uma determinada unidade subnacional no Brasil. A diversificação da composição socioeconômica, política e cultural das regiões brasileiras também não é diferentes de outras regiões do mundo. Até mesmo no âmbito intra-regional, tal distinção está presente. Essa diversidade é um dos principais apelos dos estudiosos e uma variável demarcadora de espaços políticos, econômicos e sociais. Podemos dizer, inclusive, que o apelo ao respeito às diversidades regionais já faz parte do campo do senso comum, quando reivindicações sociais são feitas para adequação de políticas voltadas para as realidades locais, podendo já ser visto como responsável pela formação de um consenso nos estudos sociopolíticos e econômicos e até de certos grupos sociais e políticos, inclusive os “de elite”.

Em se tratando de estado do Pará, esta diversificação sociopolítica e econômica se dá por fatores essencialmente ligados a notável presença da esfera federal de governo no território estadual, ou nos dizeres de Éleres (2002) uma verdadeira “intervenção federal”, que muito já foi debatida na literatura sobre a região amazônica. O ponto demarcador do fenômeno de intensificação das diferenciações regionais tem como fundamento a estagnação da economia extrativista da borracha na região, com seus principais movimentos datados dos último 60 anos, coincidentemente, período em que o tema das elites ganhou fôlego na literatura das ciências sociais.

Dentre os principais fatores a serem listados aqui, todos tem relação direta com a constituição de grupos políticos, sociais e econômicos que foram de, alguma forma, responsáveis por uma “renovação de elites” nas diversas regiões que formam o território paraense. Veremos a seguir tais fatores e de que forma eles devem ser levados em consideração para uma tentativa metodológica de demarcação de elites políticas nas diversas regiões do estado.

Se tomarmos como período datado para os acontecimentos que explicam tal processo, temos os projetos de colonização planejados pela esfera federal dos anos 1950 até 1970, que foram responsáveis pelas transformações socioeconômicas, políticas e espaciais das porções Sul, Sudeste, Sudoeste, Oeste e, em menor proporção, a parte Nordeste do estado do Pará. A intensa migração para essas regiões e outros acontecimentos como a instalação projetos industriais de extração mineral, incentivo ao setor agropecuário, implantação de infra-estrutura (energia, transportes, ferrovias e portos), por parte de

⁸ O método do discurso do sujeito coletivo tenta superar os equívocos da pesquisa social tradicional na geração de uma opinião coletiva: redução ao poucos (qualidade versus qualidade), o pequeno grupo estratificado é capaz de representar um coletivo e a partir dos resultados no pequeno grupo podem ser construídas as perguntas (fechadas) para o coletivo grande. Ver sobre o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) os trabalhos de Lefevre.

empresas do setor estatal e privado, de alguma forma desencadearam, juntamente com fatores constitucionais, uma nova divisão político-administrativa do território paraense (ROCHA, 1990, 2005, 2008), seja na criação de municípios ou de tentativas de divisão do estado do Pará, cujos estudos sempre vinculam como ponto de partida os “objetivos políticos” de “elites” (FARIAS FILHO, 1997).

Acontecimentos que se originaram nos finais dos anos 1940 e início de 1950 se intensificaram nos anos 1970 e 1980. Da dinâmica político-administrativa desencadeou um intenso processo (nacional) de criação de novas unidades municipais, a partir do final dos anos 1980 e intensificado nos anos 1990. Simultaneamente novos adensamentos populacionais formaram comunidades, vilas, distritos, pequenas cidades e municípios, que ensejaram uma rede de serviços públicos e privados e ampliaram a base produtiva. Esse processo também impulsionou uma nova organização social e de relações de poder, formação de lideranças políticas, muitas vezes sustentadas na nova base econômica, modificando lentamente o peso das relações de poder e mando no grande latifúndio ou no controle dos recursos naturais ligados a terra, como relatado por Emmi (1989, 1999) e Emmi e Acevedo Marin (1996) ao tratarem das “oligarquias” da porção Sul-Sudeste do estado e suas formas de domínio e articulação. A lógica e os princípios de se fazer política e de se construir carreiras de grupos políticos passou a ter relação com o próprio dinamismo econômico e social de cada região.

Em algumas áreas da porção Sul-Sudeste do estado o latifúndio foi o grande responsável pela projeção econômica e política de indivíduos e grupos. Nestas mesmas regiões a posse da terra e a exploração de seus recursos já não davam mais a garantia de ascensão política. Outras atividades econômicas, sociais e culturais deram nova direção política às regiões. As atividades ligadas a extração mineral (industrial e artesanal), a emergência de sindicatos rurais (de proprietários e de trabalhadores), organizações de representação de classe (empresariais, de profissionais liberais, de trabalhadores) e formação de um corpo administrativo nos novos municípios, impulsionaram atividades comerciais e de serviços, pela entrada da grande empresa privada e estatal. Esses movimentos simultâneos projetaram pessoas e formaram novos grupos que passaram a configurar cenários políticos e econômicos diferentes em espaços de tempo muito reduzido, dependendo da nova modalidade econômica em que a região ou município passou a abrigar.

Esse dinamismo também é demarcador da emergência de elites e especialmente de elites políticas. Assim, para a identificação de grupos políticos ou elites políticas em todo o território do estado do Pará é necessário levar em consideração todos esses acontecimentos e o potencial que cada região tem para projetar pessoas e/ou grupos. Uma forma de verificação de modificações na estrutura da sociedade nessas regiões é buscar informações sobre a evolução da demografia, dos registros eleitorais, a composição do PIB, a projeção de nomes vinculados à uma determinada região e/ou município ao cenário estadual ou nacional, através de instituições formais, governamentais ou não, além da presença de nomes na mídia regional e/ou estadual. A dificuldade metodológica é sempre presente porque as elites políticas não estão separadas das outras elites, elas se sobrepõem. Figurativamente falando é como se um mapa ficasse sobreposto a outro mapa e tantos mais fossem se sobrepondo uns aos outros e, assim, cada mapa fosse

construído a partir de um critério demarcador de um grupo. Ao final teríamos vários mapas, com várias cores, se sobrepondo para compor uma cartografia final das elites.

Dada as especificidades regionais o que já se pode apontar é para as seguintes aproximações que indicam elites políticas diversificadas em sua composição e formas de renovação, no que se refere ao perfil social e econômico, sendo possível traçar o seguinte quadro:

a) algumas regiões com forte traço de cultura tradicional, tendo como base econômica (principal sustentáculo da elite política) a extração de produtos naturais, com baixa incorporação tecnológica e uma estratificação social marcada por grande parcela de população pobre, pouca representatividade do meio urbano na formação dos grupos políticos, a formação de elites é lenta e histórica, havendo baixa circulação e renovação nominal, constituindo o que se pode tratar de “elite” com visão “estreita” de mundo, autoritária e totalmente dependente de recursos estatais para a manutenção do poder político;

b) outras regiões que tem uma economia mais diversificada, maior participação de empresas de fora da região, maior incorporação de força de trabalho também de fora da região, maior participação do meio urbano na composição dos grupos políticos e econômicos que controlam a agenda política, é possível verificar uma maior circulação e renovação de grupos políticos (elites);

c) outras regiões com total de pendência de uma economia de comércio e serviços, embora tecnologicamente mais desenvolvida, com uma dispersão territorial do poder econômico, elas não têm melhores indicadores de distribuição de renda, ainda prevalece uma baixa circulação de grupos no poder, embora com uma alta rotatividade nominal, são regiões com grandes cidades e meios urbanos mais desenvolvidos;

d) outras regiões com uma participação da economia industrial primária, incorporação da tecnologia mais desenvolvida, geralmente convive com dois ou mais “mundos” diferentes no mesmo espaço social, econômico, cultural e político. Nessas regiões há uma maior participação de pessoas de fora do que da própria região nas posições institucionais importantes e uma espécie de “difusão” do poder político com base na diferenciação funcional e dispersão territorial do poder econômico, nestas regiões há uma nítida desagregação das elites;

e) em todas as regiões há uma similaridade no sistema político que forma e renova pessoas e grupos políticos (elites) que é a dependência das posições institucionais para alavancar carreiras no sistema político, como prevê Mills (1975), e a não-elite encontra pouco espaço para se desenvolver, como defende Michels (1982), exceto em áreas com forte presença de conflitos e disputas por outros recursos que acaba projetando pessoas da “não-elite”, mas de forma individual e até formando o que se pode chamar de “contra-elite”, no entanto trata-se de poucas localidades e não chega a ser um comportamento, o que leva a crer que as elites políticas locais se consolidam de forma diferente em cada região e que muitas novidades ainda virão com o desenrolar da pesquisa.

Referências

ABREU, Luciano Aronne de. Elites políticas regionais: o caso das interventorias gaúchas. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 187-197, jun. 2008.

ALBERTONI, Ettore A. **Doutrina da classe política e teoria das elites**. Rio de Janeiro: Imago, 1990, pp. 17-35.

ALBERTONI, Ettore. Teoría de las élites y elitismo. **Revista Sistema**, 83, 1988

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. Fontes e metodologia para o estudo das elites locais em Portugal. Lisboa : CIES-ISCTE, 2005. (CIES e-Working Paper, 7).

ARON, Raymond. Social structure and the ruling class. **The British Journal of Sociology**, vol. 1, nº 1, pp. 1-16, (Part I), 1950.

AVELAR, L. **Mulheres na elite política brasileira**: canais de acesso ao poder. São Paulo, Ed. UNESP/Konrad-Adenauer-Stiftung, Centro de Estudos, 1996.

BACHRACH, Peter. **Crítica de la teoria elitista de la democracia**. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

BARAS, J. Capó; BOTELLA, J.; COLOME, G. La formación de la una elite política local. **Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)**. nº 59, p. 199-224. Enero-Marzo, 1988.

BARAS, M.; BOTELLA, J; CAPO, J.; COLOME, G. La formación de una élite política local. **Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)**. Núm. 59. Enero-Marzo 1988.

BARAS, Monserrat. Las élites políticas. **Revista del Centro de Estudios Constitucionales**. nº 10, Septiembre-Diciembre 1991.

BARAS, Montserrat. Élités municipales y partidos políticos: Características de la élite política municipal de los partidos políticos españoles de 1983. **Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)**. Núm. 76. Abril-Junio 1992

BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

BRAGA, Sérgio; NICOLÁS, Maria Alejandra. Prosopografia a partir da *web*: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na *internet*. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 107-130, jun. 2008.

BURNHAM, James M. **The machiavellians: defenders of freedom**, New York: The John Day Co. 1943.

CARRERAS, Mercedes. Elitismo y democracia: de pareto a schumpeter. **Revista de Estudios Políticos** (Nueva Época) Núm. 73. Julio-Septiembre 1991.

CATTANI, Antonio David; KIELING, Francisco dos Santos. A escolarização das classes abastadas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 18, p. 170-187 jun./dez. 2007.

CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CODATO, Adriano; FUKS, Mário; PERISSINOTTO, Renato M. (Orgs.). **Quem governa?** Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: UFPR, 2006.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato M. Dossiê “elites políticas”. Apresentação: por um retorno à sociologia das elites. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 7-15, jun. 2008.

CORADINI, O. L. (Org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

CORADINI, O. L. . Relações profissionais e disputas eleitorais. In: PALMEIRA, M. e

BARREIRA, C. (Org.). **Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006a.

CORADINI, O. L. A extração social dos candidatos: as eleições de 1990 e de 1994 no Rio Grande do Sul. **Cadernos o NUAP**, p. 1-80, Rio de Janeiro, 1999.

CORADINI, O. L. Engajamento associativo/sindical e recrutamento de elites políticas: "empresários" e "trabalhadores" no período recente no Brasil. **Antropolítica** (UFF), v. 19, p. 113-146, 2007a.

CORADINI, O. L. Representação profissional e elites políticas no Brasil no período recente. **Política & Sociedade**, v. 5, n° 9, p. 123-161, out./2006b.

CORADINI, O.L. **Em nome de quem?** recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Relume-Dumará, 2001.

COSTA, Dayana dos Santos Delmiro. Especialização política numa perspectiva de gênero: um estudo sobre as variações na composição da elite política maranhense com base nos processos de recrutamento das deputadas federais/estaduais (1982-2006). Trabalho apresentado no **32° Encontro Anual da Anpocs**, out./2008.

COSTA, Paulo Roberto Neves. Elites empresariais e valores democráticos. Trabalho apresentado no **32° Encontro Anual da Anpocs**, out./2008.

DAHL, Robert A. A Critique of the ruling elite model. **The American Political Science Review**, vol. 52, n° 2, p. 463-469, Jun., 1958.

DAHL, Robert A. Further reflections on "The Elitist Theory of Democracy". **The American Political Science Review**, vol. 60, n° 2, p. 296-305, Jun., 1966.

D'ARAÚJO, Maria Celina; LAMEIRÃO, Camila. As elites sindicais e o governo Lula. Trabalho apresentado no **32° Encontro Anual da Anpocs**, out./2008.

DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, p. 269-281, 2007.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato R. Empresariado e estratégias de desenvolvimento. **RBCS**, vol.18, no.52, p.15-34, Jun 2003.

EDINGER, Lewis J.; SEARING, Donald D. Social Background in Elite Analysis: A Methodological Inquiry. **The American Political Science Review**, Vol. 61, No. 2 (Jun., 1967), pp. 428-445

ÉLERES, Paraguassu. **Intervenção territorial federal na Amazônia**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2002.

EMMI, M. F.; MARIN, Rosa Acevedo. Crise e rearticulação das oligarquias no Pará. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 40, p. 51-68, 1996.

EMMI, M. F. A oligarquia da castanha: crise e rearticulação. **Cadernos NAEA**, Belém/ Pará, v. 10, p. 127-161, 1989.

EMMI, M. F. **Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2a. ed. Belém-PA: NAEA/UFPA, 1999.

ENGLER, Ícaro Gabriel da Fonseca; COSTA, Paulo Roberto Neves. Elite empresarial: recrutamento e valores políticos (Paraná, 1995-2005). **Opinião Publica**, vol.14, no.2, p.486-514, Nov 2008.

FERREIRA, Tania M. T. B. da Cruz. História e prosopografia. Trabalho apresentado na **X Encontro Regional da ANPUH**, Rio de Janeiro, 2002.

FUKS, Mário; PERISSINOTTO, Renato M. Recursos, decisão e poder conselhos gestores de políticas públicas de Curitiba. **RBCS**, vol. 21, n°. 60, p. 67-81, fevereiro/2006.

GENIEYS, William. Las élites periféricas españolas ante el cambio de régimen político. **Revista de Estudios Políticos** (Nueva Época) Niini. 102. Octubre-Diciembre, 1998.

GIOL, Jordi Capo. La élite política local en España. **Revista de Esludios Políticos** (Nueva Época) Núm. 76. Abril-Junio 1992

GOUVÊA, Julio Cesar. A lógica de nomeação e o perfil sociopolítico das elites burocráticas: um estudo comparativo entre os governos FHC e Lula. Trabalho apresentado no **32º Encontro Anual da Anpocs**, out./2008.

GOUVÊA, Julio Cesar. A lógica de nomeação e o perfil sociopolítico das elites burocráticas: m estudo comparativo entre os governos Lula e FHC. Trabalho apresentado no **32º Encontro Nacional da ANPOCS**, 2008.

GRILL, Igor. Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 65-87, jun. 2008.

GRYNSZPAN, M. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. **Boletim Informativo Bibliográfico - BIB**, Rio de Janeiro, ANPOCS, n.41, 1996.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HIGLEY, John; HOFFMANN-LANGE, Ursula; KADUSHIN, Charles; MOORE, Gwen. Elite Integration in Stable Democracies: A Reconsideration. **European Sociological Review**, Vol. 7, No. 1 (May, 1991), pp. 35-53.

INTUNE Papers: **Integrated and United**: A quest for Citizenship in an 'ever closer Europe'. CIT3-CT-2005-513421. Disponível em: <http://www.intune.it/article/papers>. Acesso em: 20 de dez. 2008.

JEREZ-MIR, Miguel *et al.* La percepción de la Unión Europea em la elite parlamentaria española: uma aproximación. **Revista Española de Ciência Política**. n° 18, p. 179-197, abril 2008.

JEREZ-MIR, Miguel *et al.* Las elites políticas y económicas nacionales ante Europa: el caso de España en perspectiva comparada. **InTune Informe sobre España**. Faculdade de Ciências Políticas y Sociologia, 2006. Disponível em: consultar o site: www.intune.it. Acesso em: 22 de out. 2008.

JEREZ-MIR, Miguel. La composición de las élites en los Estados Unidos. **Revista de Estudios Políticos** (Nueva Época). Núm. 48. Noviembre-Diciembre 1985.

JEREZ-MIR, Miguel; VÁZQUEZ, Rafael. Nation-State vs. the EU in the perceptions of political and economic elites. A comparison among Germany, Spain and Poland. **InTune**. Department of Political Science and Public Administration, University of Granada, Spain. Disponível em: consultar o site: www.intune.it. Acesso em: 22 de out. 2008.

KELLER, Suzanne. **O destino das elites**. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

LASSWELL, Harold D.; LERNER, Daniel. **As elites revolucionárias**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

LEAL, Carine de Souza. Quem faz a política no município? Perfil partidário e municipal dos vereadores do Rio Grande do Sul. Trabalho apresentado no **32º Encontro Anual da Anpocs**, out./2008.

LE BON, Gustave. **Psychologie des foules**, Paris, PUF/Quadrige, 1995

LEONI, Francesco. La clase política en Gaetano Mosca. **Revista de Estudios Políticos** (Nueva Época). Núm. 71. Enero-Marzo 1991.

LORIENTE, Mariano Torcal; Felipe Agüero PIWONKA. Élités, factores estructurales y democratización: una discusión de aportes recientes en la literatura. **Revista de Estudios Políticos** (Nueva Época) Núm. 80. Abril-Junio 1993.

MEDEIROS, Pedro Leonardo; PERISSINOTTO, Renato M.; WOWK, Rafael T. Valores, socialização e comportamento: sugestões para uma sociologia da elite judiciária. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 151-165, jun. 2008.

MEISEL James H. **The myth of the ruling class**. Michigan, 1958.

MESSEMBERG, Débora. A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural. **Rev. Sociologia Política**, nº 26, p. 17-28, jan./2007.

MESSEMBERG, Débora. A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 17-28, jun. 2008a.

MESSEMBERG, Débora. Produção legislativa e representações políticas da elite parlamentar brasileira. Trabalho apresentado no **32º Encontro Anual da Anpocs**, out./2008b.

MICHELS, Robert.. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Universidade de Brasília, (1911) 1982.

MILLS, Charles Wright. **Elites do poder**. 3ª ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, ([1958] 1975)

MIRÍADE, Angel; PERISSINOTTO; Renato Monseff. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para Deputado Federal em 2006. Trabalho apresentado no **32º Encontro Anual da Anpocs**, out./2008.

MOSCA, Gaetano. **La classe política**. México: Fondo de Cultura Económica, [1896] 1992.

NASCIMENTO, Lerisson Christian. Profissionalismo e poder local: os Rosado e a imprensa em Mossoró/RN. Trabalho apresentado no **32º Encontro Anual da Anpocs**, out./2008.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, ano 9, nº 18, p. 150-169, jun./dez., 2007.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Engajamento político, competência e elites dirigentes do movimento ambientalista. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 167-186, jun. 2008.

PARÁ, Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Integração Regional. **Diagnóstico das regiões de integração**. (Versão Preliminar), 2007.

PARETO, V. Tratado de sociologia geral. In: RODRIGUES, J. A. (Org.). **Vilfredo Pareto: sociologia**. São Paulo: Ática, 1984. v. 43. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

PUTNAM, Robert. **The comparative study of political elites**. Prentice-Hall, New Jersey, 1976.

ROCHA, G. M. Estado do Pará: divisão ou construção de um projeto de desenvolvimento territorial?. In: TEISSERENC, P. ; ROCHA, G. M. NAGALHÃES, S.B. ; GUERRA, G.A.D. (Org.). **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/EDUFPA, 2008, v. 1, p. 35-50.

ROCHA, G. M. . Aspectos recentes do ritmo de crescimento e distribuição da população da Amazônia brasileira. In: ARAGON, L.E. e CLUSENT-DODT, M.. (Org.). **Populações da Pan-Amazônia**. Belém do Pará: NAEA/UFPA, 2005.

ROCHA, G. M. Reflexões sobre a Região e a Redivisão territorial na Amazônia: o caso do sul / sudeste paraense.. In: MITCHEIN, T.; FLORES, C.. (Org.). **Realidades amazônicas em fins do Século XX..** Belém: NAEA/UNAMAZ/UFPA, 1990.

RODRIGUES, Lorena da Silva. **Elites políticas em três perspectivas: origem social, carreira pública e valores dos membros dos poderes executivo e legislativo de Ponta Grossa-PR (1993-2004)**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Paraná, 2006.

ROSS, Ralph Gilbert. Elites and the Methodology of Politics. **The Public Opinion Quarterly**, Vol. 16, No. 1 (Spring, 1952), pp. 27-32.

URARTE, Edurne. El análisis de las elites políticas en las democracias. **Revista de Estudios Políticos (Nueva Epoca)**. nº 97, p. 249-275. Juliu-Septiembre, 1997.

URIARTE, Edurne Bengoetxea. Algunos problemas del análisis de las élites políticas e intelectuales. **Iguruak** – Revista de Sociología, n. 12, jul./1995.

VON BEYME, Klaus. **La clase política en la estado de partidos**. Madrid: Aliança, 1995.